

Implementado por:



Financiado por:



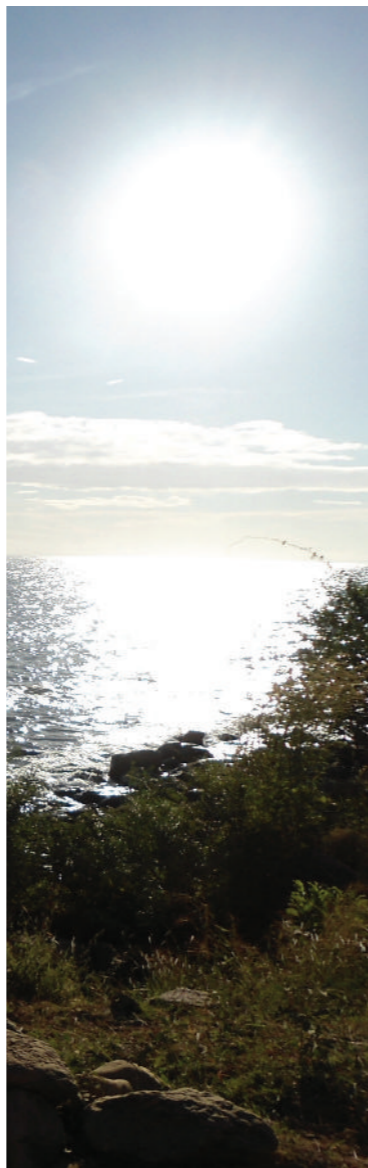
Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development
and Cooperation SDC

Para mais informação sobre nosso trabalho, contactem-nos:

Concern Universal Moçambique

Email: cumoz@teledata.mz Tel: + 258 271 20163, + 258 82 3095200 www.concern-universal.org.mz



Programa de Monitoria de Responsabilização Social Ao Nível dos Municípios - MuniSAM
Boletim Informativo, Julho 2013



concern
universal

Programa de Monitoria de Responsabilização Social Ao Nível dos Municípios - MuniSAM

Bem-vindo Caro Leitor, à edição número 3 do Boletim Informativo do Programa de Monitoria de Responsabilização Social nos Municípios (MuniSAM) implementado pela Concern Universal Moçambique em parceria com Organizações Nacionais da Sociedade Civil e financiado pela Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação - SDC.

Nesta edição estamos a falar, entre outros, da VIIIª Reunião Nacional dos Municípios, realizada na cidade de Maputo em Março de 2013 e da Audição Pública que teve lugar em Abril de 2013 no Município de Cuamba. O estimado leitor vai também ser informado sobre o uso de histórias digitais, na Monitoria e Avaliação e Aprendizagem de Programa, metodologia em que temos vindo a receber o apoio técnico por pessoal do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IDS), da Universidade de Sussex.

Trazemos também, digamos assim, uma inovação ao convidar os Jornalistas Fernando Gonçalves do Savana e Suizane Rafael do Faisca para falar da Audição Pública que teve lugar em Cuamba no mês de Abril. Isso para que tivéssemos "olhares" externos a avaliar o nosso trabalho.

São ainda destaque algumas das questões contidas nos Levantamentos de Base de Mocuba e Quelimane, assim como uma breve análise do impacto do Programa a nível dos Municípios de Metangula e Cuamba - uma actualização da situação face às constatações do levantamento de base. Este material assim como mais informação sobre outros Programas da Concern Universal Moçambique estão disponíveis na nossa página Web (www.concern-universal.org.mz) a qual convidamos desde já o Estimado Leitor a visitar.

Para terminar temos a primeira parte de uma reflexão sobre o Direito à Responsabilização Social em Moçambique num trabalho de Aly E. Lala Pesquisador do Programa MuniSAM.

Boa Leitura!



Paulo Gentil - Director de Programa MuniSAM, Concern Universal Moçambique

Em Cuamba - Município presta contas aos eleitores

Por Fernando Gonçalves - extrato do artigo no Jornal Savana, 3 de Maio de 2013

Nestas margens do Oceano Índico, onde o paradigma do poder assume proporções totalitárias que cegam os dirigentes políticos, é raro, mas às vezes o impossível torna-se possível.

Numa sexta-feira de Abril, cerca de centena e meia de residentes da cidade de Cuamba, no sul da Província do Niassa, norte de Moçambique, desafiaram a poeira que se desloca do solo argiloso vermelho das ruas da sua cidade e juntaram-se numa grande sala que em tempos já foi uma oficina de manutenção militar. A sala, hoje serve de auditório principal da delegação local da Faculdade de Agricultura da Universidade Católica de Moçambique (UCM), e é várias vezes utilizada para eventos importantes, como o da aludida, sexta-feira.

Na mesa do topo está sentado, o Presidente do Conselho Municipal, Vicente da Costa Lourenço, tendo ao seu lado esquerdo o presidente do Comité de Monitoria de Responsabilização Social (SAMcom), Romão Vítor Braga. Entre os presentes está, o Administrador do distrito de Cuamba, Manuel Cabral, dirigentes locais do Estado, representantes de partidos políticos e líderes religiosos. A ocasião era a primeira sessão de audição pública, onde o presidente do Conselho Municipal e seus vereadores iriam submeter-se ao crivo dos munícipes, prestando contas a estes sobre o seu desempenho no ano de 2012.



É um modelo inovador de governação participativa. Se for bem sucedido, terá o potencial de quebrar o actual estilo de liderança, em que uma vez eleitos, a maioria dos dirigentes autárquicos afastam-se completamente dos seus próprios eleitores, com quem só voltarão a encontrar-se para pedir a renovação do voto dentro dos próximos cinco anos.

IMPACTO EM METANGULA

A presente subsecção procede a uma actualização da situação face às constatações do levantamento de base realizado em Maio de 2012 no Município de Metangula.

No.	Constatação Baseline	Situação actual
01	Medo de interagir de forma participativa na gestão dos assuntos municipais, principalmente, devido ao receio consequentes conotações de natureza política e provável exclusão social, política e económica	Os membros de sociedade civil através do SAMcom estão à interagir na gestão dos assuntos municipais. Contudo, como resultado deste engajamento alguns membros do SAMcom têm sofrido acusações de pertencerem aos partidos da oposição. No mês de Maio de 2013 Presidente de SAMcom de Metangula foi apurado para fazer parte do Observatório Eleitoral da Província do Niassa.
02	A sociedade civil possui a percepção de que as autoridades municipais desconhecem e/ou não reconhecem o papel que a sociedade civil desempenha no desenvolvimento do Município	Os membros de sociedade civil tem a percepção que as autoridades municipais conhecem mas não reconhecem na totalidade o seu papel no desenvolvimento municipal
03	Desconhecimento dos instrumentos jurídico-legais existentes, dos princípios plasmados na Constituição da República e em outros instrumentos relacionados com a participação social nos processos de gestão da coisa pública e gestão municipal, mais especificamente	Do lado da sociedade civil (SAMcom) esta lacuna começou a ser colmatada por via da formação administrada no âmbito do MuniSAM. Deficiência permanece do lado do Conselho Municipal.
04	Desconhecimento dos processos de gestão municipal da coisa pública, nomeadamente dos processos de planificação estratégica e orçamentação; execução orçamental; contabilidade, reporte e controlo interno; auditoria externa; e revisão de políticas e estratégias	Do lado da sociedade civil (SAMcom) esta lacuna começou a ser colmatada por via da formação administrada no âmbito do MuniSAM. Deficiência permanece do lado do Conselho Municipal em relação a alguns processos.

No.	Constatação Baseline	Situação actual
05	Carência de instrumentos que permitam o acompanhamento de cada um dos processos de gestão da coisa pública	Membros do SAMcom apetrechados com ferramentas de responsabilização social. É necessário continuar com o acompanhamento para consolidar este conhecimento.
06	Por outro lado, os membros da sociedade civil têm uma percepção de que o seu envolvimento nos processos de planificação não produz quaisquer resultados. A sociedade civil sente que os seus contributos são negligenciados de forma recorrente e sistemática, criando um sentimento de frustração relativamente ao processo e desincentivando a sua participação	O SAMcom acredita que o seu envolvimento traz resultados concretos. Com efeito, a pressão exercida por SAMcom tem levado o Conselho Municipal a implementar actividades (planificadas) antes não tomadas em consideração. Parceria forte com a Assembleia Municipal permitindo contribuir para o processo de planificação.
07	Actuação isolada e não organizada dos grupos da sociedade civil, em especial, dos grupos mais vulneráveis, como sejam grupos de mulheres, pessoas com deficiência (apesar do potencial contributo que estes podem dar e do apoio com que podem contar a nível nacional)	SAMcom, formado no âmbito do MuniSAM, traz uma nova dinâmica na actuação dos grupos da sociedade civil no Município.
08	Falta de capacidades organizacionais dos grupos cívicos / grupos de interesse para funcionarem de forma adequada e para melhor representarem as suas comunidades ou constituintes	SAMcom, formado no âmbito do MuniSAM, traz uma nova dinâmica na actuação dos grupos da sociedade civil no Município. É necessário continuar com o acompanhamento para consolidar este processo.
09	Ausência de oportunidades de interacção e troca de experiências com outros grupos de Municípios onde a sociedade civil opere de forma mais organizada	O MuniSAM promoveu uma troca de experiência e interacção entre os SAMcoms de Metangula e outras OSC (incluindo outros SAMcoms).

Alguns Resultados Alcançados com a Implementação do Programa MuniSAM em Metangula

As discussões junto do Conselho Municipal indicam que houve mudanças. Actualmente, o Conselho Municipal imprime maior profundidade na auscultação das dificuldades enfrentadas pelos munícipes a nível dos bairros. No actual processo de planificação (para o exercício de 2014) os representantes (líderes) dos bairros foram convidados pelo Presidente do Conselho Municipal - antes da realização da presidência aberta para dar aos mesmos a oportunidade de reportarem as necessidades dos munícipes nos bairros por eles representados. Isto irá permitir que, durante a presidência aberta, o Conselho Municipal já tenha uma ideia inicial e mais concreta das necessidades e preocupações existentes.

Os técnicos do Conselho Municipal passaram a ter mais cautela na colocação das actividades no Plano Económico e Social da Autarquia e no respectivo registo das realizações (reporte). E algumas informações relevantes, como é o caso das receitas diárias e das receitas não próprias passaram a ser afixadas com maior regularidade em todos os edifícios relevantes da Autarquia.

O SAMcom foi estruturado em áreas correspondentes a cada um dos pelouros do Conselho Municipal de modo a explorar os assuntos de forma mais organizada. Relativamente ao período 2011 o seu trabalho permitiu identificar (a) actividades realizadas que não constavam nos planos, (b) actividades programadas que não haviam sido executadas, e (c) áreas que constituam preocupações dos munícipes que não eram tomadas em consideração nos Planos. Ademais, o SAMcom levou a cabo uma auditoria social do plano de 2011 para o efeito, partilhou o respectivo relatório com a AM e o CM, mas não teve a oportunidade de apresentar os resultados em audiência pública.

Alguns Resultados Alcançados com a Auditoria social de SAMcom

- ✓ Foram abertas novas vias de acesso no Município. Algumas vias haviam sido declaradas como abertas/reabilitadas e o trabalho do SAMcom permitiu identificar as que ainda não se encontravam concluídas e novas vias prioritárias;
- ✓ O Plano de 2011 previa a construção de um alpendre para os vendedores de peixe junto do mercado central. Esta obra não havia sido realizada e o trabalho do SAMcom permitiu levar a cabo a mesma, em 2012, estando actualmente concluída;
- ✓ A conclusão do muro da residência do Presidente do Conselho Municipal estava atrasada e o mesmo foi concluído;
- ✓ Anteriormente, o lixo era depositado por baixo dos postes de energia/iluminação oferecendo um risco para infraestruturas e vidas humanas. Actualmente, o mesmo já não é depositado e queimado em baixo dos postes de energia e foi identificada uma nova área para funcionar como aterro do Município, onde actualmente o lixo é eliminado;
- ✓ Uma boa parte da vila passou a estar iluminada (apesar de se ainda existirem quatro bairros sem eletrificação);
- ✓ A zona de espera de pacientes no Hospital foi expandida para o melhor conforto dos pacientes;
- ✓ A aquisição de uma viatura funerária para o Município constava no Plano do Município desde 2011, a mesma não havia sido adquirida e tendo sido recentemente adquirida (2013);
- ✓ O SAMcom fez pressão no sentido de se adquirir o sistema de frio da Morgue (hospital). O mesmo agora está montado e aguarda a sua inauguração - a qual terá lugar aquando da visita do Chefe-de-Estado em Junho de 2013.

Alguns Resultados Alcançados com a Implementação do Programa MuniSAM em Metangula (continuação)

Mudou o nível de envolvimento da sociedade civil. Os grupos cívicos / interesse existentes não desempenhavam o seu papel como canais de expressão dos munícipes e os SAMcom funcionam como porta-vozes dos munícipes junto dos órgãos autárquicos. E a participação a nível das sessões da Assembleia Municipal passou a ser mais significativa. Conforme referiu o Presidente da Assembleia Municipal Sr. Armando Miqueias, eles (os membros do SAMcom) “entraram no processo como advogados daqueles que não tem como chegar lá e dar a sua voz, então eles entraram como interlocutores entre os governantes e o destinatário dos serviços públicos, há muita coisa que mudou, mudou também a nossa relação, no sentido positivo. Aprendemos muitas coisas, ganhamos muita experiência no trabalho, de maneiras que muitas coisas melhoraram no nosso Município graças a este Programa.”

A Assembleia Municipal possui uma forte ligação com o SAMcom. Os membros do SAMcom dirigem-se ao campo e trazem consigo evidências (acompanhadas de imagens) e permitem despertar os membros da Assembleia Municipal para que possam ser tomados em consideração na actividade de fiscalização da Assembleia Municipal. Ademais, existe uma relação entre estes dois actores por via da qual, o SAMcom sugere actividades concretas que devem ser inclusas nos Planos do Município. O SAMcom é visto, por isso, como um parceiro importante da Assembleia Municipal.

O SAMcom tem sido capaz de influenciar a aprovação dos planos do Município relativamente às actividades que são mais relevantes e prioritárias para execução. Entre as actividades incorporadas no Plano de 2013 como resultado do trabalho do SAMcom incluem a identificação de um espaço para construção de um jardim infantil, e a construção de duas salas de aula e um bloco administrativo (ensino primário) na comunidade de Capueleza.

O SAMcom levou a cabo actividades de sensibilização em relação ao pagamento de impostos e taxas municipais. Referências - incluindo do próprio Conselho Municipal - indicam que o nível de receitas tem, estado a aumentar como resultado dessas actividades de sensibilização (as quais têm como base o princípio que o Munícipe não apenas deve exigir a prestação de contas, mas também deve cumprir com as suas obrigações).

O aparecimento do SAMcom trouxe uma nova abordagem de colaboração entre a sociedade civil e as autoridades municipais e trouxe uma nova visão sobre o que deve ser a actuação da sociedade civil, e sobre o dever de todos os munícipes, de todos os quadrantes, de participar no acompanhamento da gestão municipal, apesar dos desafios ainda existentes relacionados com a conotação e perseguição política.

Reunião Nacional dos Municípios

Realizou-se de 25 a 28 de Março de 2013 a VIIIª Reunião Nacional dos Municípios, que procedeu ao balanço do cumprimento do plano quinquenal e discutiu as principais oportunidades do processo de autarquização. Estiveram presentes Dirigentes Municipais de todo o País (Presidentes dos Conselhos Municipais, Presidentes das Assembleias Municipais, Representantes do Estado nos Municípios, entre outros). As matérias para discussão incluíam, o balanço das recomendações da última reunião nacional dos Municípios realizada em Nampula, em 2010, o ponto de situação sobre a implementação do processo de transferência de funções e competências do Estado para as autarquias locais e a reflexão sobre os 15 anos do processo de autarquização no país.



Intervindo na Cerimónia de Abertura o Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, apontou alguns dos desafios que se colocam à Administração Municipal face às especificidades locais que exigem cada vez mais a estas Estruturas Administrativas, uma maior e melhor capacidade de resposta aos anseios das comunidades locais. E acrescentava: “Com efeito, o desenvolvimento e a qualificação das nossas cidades pressupõem

o reforço constante da capacidade de enfrentarmos os desafios da sua modernização. Passa, enfim, pela atenção que devemos prestar aos direitos fundamentais do Homem...”

Apesar de reconhecer que no decurso do III mandato das autarquias locais prestes a findar, foram alcançados resultados significativos, os quais contribuíram para a melhoria das condições de vida das comunidades e do aprofundamento do processo democrático em curso no país, prevalecem no entanto muitos desafios para o próximo mandato, entre os quais destacamos alguns pela sua importância no contexto do nosso programa:

- **Estabelecimento de uma maior articulação entre o Estado e as Autarquias Locais no que concerne ao planeamento estratégico;**
- **Acções de monitoria do processo de transferência de funções e competências do Estado para as autarquias locais;**
- **Harmonização dos planos estratégicos e outros instrumentos de planeamento urbano;**
- **Promoção do bem-estar dos munícipes;**
- **Apoio na assistência técnica e capacitação dos técnicos titulares dos órgãos e técnicos municipais;**
- **Elaboração e submissão da ratificação dos instrumentos de ordenamento aprovados pelas assembleias locais;**
- **Saneamento do meio e abastecimento de água potável incluindo à reabilitação dos sistemas de saneamento de águas residuais e pluviais nos Municípios.**

IMPACTO EM CUAMBA

A presente subsecção procede a uma actualização da situação face às constatações do levantamento de base de Novembro de 2012 referente ao Município de Cuamba.

No.	Constatação Baseline	Situação actual
01	Receio (da parte dos membros da Assembleia Municipal e dos actores cívicos) de interagir, de uma forma mais participativa, e de questionar, a forma como a gestão dos recursos públicos municipais é levada a cabo principalmente devido ao receio de possíveis conotações políticas como resultado de tal engajamento e do eventual estigma que poderá resultar do mesmo	Este receio já não permanece. Com efeito, foi estabelecida entre o SAMcom - Conselho Municipal - Assembleia Municipal forte parceria à volta da gestão dos recursos públicos municipais, incentivando, ao mesmo tempo, a participação de outras organizações da sociedade civil na interacção com as autoridades municipais. No mês de Maio de 2013 Presidente de SAMcom de Cuamba foi apurado para fazer parte do Observatório Eleitoral da Província do Niassa.
02	A percepção de que o Conselho Municipal de Cuamba não reconhece na totalidade a legitimidade do papel da Assembleia Municipal ou dos grupos cívicos no envolvimento nos cinco processos de governação e de gestão de recursos públicos	Esta percepção já não permanece.
03	A falta generalizada de conhecimento sobre as provisões jurídicas existentes, nomeadamente, da Constituição e de outros instrumentos jurídicos e oportunidades relacionadas com a participação cívica na gestão de recursos públicos	Esta deficiência não permanece. Precisam de ser consolidados os conhecimentos administrados pelas actividades de formação do MuniSAM.
04	A falta de conhecimento sobre a gestão de recursos públicos no – sem limitação – nível municipal, nomeadamente sobre os processos de avaliação de necessidades; planificação estratégica e orçamentação; execução orçamental; contabilidade, reporte e controlo interno; auditoria externa; supervisão; e revisão de políticas e estratégias.	Do lado da sociedade civil (SAMcom) esta lacuna começou a ser colmatada por via da formação administrada no âmbito do MuniSAM, contudo precisa o acompanhamento. Deficiência permanece do lado do Conselho Municipal em relação a alguns processos.

No.	Constatação Baseline	Situação actual
05	Falta de ferramentas e instrumentos de monitoria e engajamento em cada um dos processos de gestão de recursos públicos	Membros do SAMcom apetrechados com ferramentas de responsabilização social. Necessário efectuar acompanhamento para consolidar este conhecimento.
06	Os membros da sociedade civil possuem a percepção de que o seu envolvimento nos processos de planificação até a data não se traduz em resultados ou mudanças tangíveis. Os membros da sociedade civil expressaram a opinião de que os seus contributos ao longo dos anos têm sido sistematicamente negligenciados, originando um sentimento de frustração com os processos e desencorajando a sua participação	Actualmente, o SAMcom acredita o contrário. Com efeito, os resultados do MuniSAM até agora têm sido satisfatórios e além das expectativas.
07	Uma falta de capacidade organizacional dos grupos cívicos para representarem devidamente as suas comunidades e para articularem e avançarem as suas necessidades	Esta deficiência começa a ser ultrapassada com e o SAMcom tem sido capaz de auscultar as comunidades na base e canalizar as suas preocupações para o Conselho Municipal / Assembleia Municipal.
08	Em termos institucionais, ainda existem alguns desafios relativamente, nomeadamente, entre outros, (i) à comunicação efectiva dentro do Conselho Municipal, e entre este e a Assembleia Municipal e os munícipes, (ii) a existência de pessoal técnico e qualificados para as várias funções de gestão municipal, (iii) a existência de um funcionário responsável pela execução da função de controlo interno, e (iv) a exiguidade orçamental para prestar serviços públicos municipais de forma mais eficiente.	Desenvolvimentos foram empreendidos para ultrapassar esta situação: (i) Tem havido uma melhor comunicação entre o Conselho Municipal / Assembleia Municipal e os munícipes com o SAMcom a servir de ponte; (ii) Vários técnicos com formação especializada foram contratados pelo Conselho Municipal, principalmente no âmbito de Administração e Finanças; (iii) Ainda não há um funcionário responsável pela função de controlo interno; (iv) Os recursos orçamentais disponíveis ainda não são suficientes.

Alguns resultados Alcançados com a implementação do Programa MuniSAM em Cuamba

- O SAMcom tem estado a servir como um mecanismo para se fazer ouvir a voz dos munícipes, principalmente daqueles que, em condições normais, não teriam como comunicar as suas preocupações ao Conselho Municipal.
- O SAMcom conseguiu ainda na fase inicial das suas actividades levar a cabo uma actividade de sensibilização das instituições públicas e privadas sobre a acessibilidade dos edifícios públicos para as pessoas com deficiência (rampas).
- O SAMcom levou a cabo actividades de sensibilização relativamente à importância do pagamento de impostos e taxas municipais. Palavras do Sr. Vicente da Costa Lourenço - Presidente de Conselho Municipal de Cuamba "O SAMcom nos ajudou muito na colheita de receita de maneiras que inicialmente a nossa capacidade ia até 400.000,00 meticais, mas dentro do período em que estamos a trabalhar em coordenação com SAMcom a nossa receita subiu para 700.000,00 meticais".
- Os membros da Assembleia Municipal também assumem o SAMcom como um parceiro seu e, actualmente, os membros do SAMcom são integrados nos grupos de trabalho da Assembleia Municipal no sentido de assessorar os grupos de trabalho da Assembleia, tanto nas sessões de trabalho, como durante as visitas ao campo.
- Na sequência dos trabalhos de auscultação das comunidades pelo SAMcom, e a pedido das comunidades o Conselho Municipal encontra-se a construir algumas salas de aula em alguns bairros onde existe esta carência e onde as actuais salas de aula não reúnem as condições apropriadas para o ensino de crianças.
- O SAMcom foi estruturado em áreas correspondentes a cada um dos pelouros do Conselho Municipal de modo a explorar os assuntos de forma mais organizada. Relativamente ao período 2011/2012 o seu trabalho permitiu identificar (a) actividades realizadas que não constavam nos planos, (b) actividades programadas que não haviam sido executadas, e (c) áreas que constituam preocupações dos munícipes que não eram tomadas em consideração nos Planos.



Extrato do Levantamento de Base em Quelimane

No que concerne aos desafios que o Município de Quelimane tem de ultrapassar relativamente ao engajamento em torno dos processos de governação municipal, encontram-se:

- Receio (da parte dos membros da Assembleia Municipal e dos actores cívicos) de interagir, de uma forma mais participativa, e de questionar, a forma como a gestão dos recursos públicos municipais é levada a cabo, principalmente devido ao receio de possíveis conotações políticas como resultado de tal engajamento e do eventual estigma que poderá resultar do mesmo;
- A falta generalizada de conhecimento sobre as provisões jurídicas existentes, nomeadamente, da Constituição e de outros instrumentos jurídicos e oportunidades relacionadas com a participação cívica na gestão de recursos públicos. Para além do desconhecimento por parte dos munícipes, importa referir o incumprimento de algumas provisões jurídico-legais importantes, como sejam, a data de aprovação do Plano e Orçamento pela Assembleia Municipal, e a disponibilização daquele e da conta de gerência para consulta pública;
- A falta de conhecimento sobre a gestão de recursos públicos no – sem limitação – nível municipal, nomeadamente sobre os processos de avaliação de necessidades; planificação estratégica e orçamentação; execução orçamental; contabilidade, reporte e controlo interno; auditoria externa; supervisão; e revisão de políticas e estratégias (incluindo a nível central, provincial e distrital);
- Falta de ferramentas e instrumentos para uma monitoria e engajamento efectivo em cada um dos processos de gestão de recursos públicos;
- A sociedade civil em Quelimane encontra-se mais virada para intervenções e iniciativas fora do território municipal, exercendo maior ênfase nos distritos fora do Município;
- Uma falta de capacidade organizacional dos grupos cívicos para representarem devidamente as suas comunidades e para articularem e avançarem as suas necessidades; e
- Em termos institucionais, ainda existem alguns desafios nomeadamente (i) a comunicação efectiva dentro do Conselho Municipal, e entre este e a Assembleia Municipal e os munícipes, (ii) a existência de pessoal técnico e qualificado para as várias funções de gestão municipal, (iii) a existência de um funcionário responsável pela execução da função de controlo interno, e (iv) à exiguidade orçamental para prestar serviços públicos municipais de forma mais eficiente.



Presidente da Assembleia Municipal da Cidade de Quelimane, Afonso João:

Estamos contentes em reconhecer que iremos trabalhar em colaboração com a sociedade civil. Desde a primeira hora, a Concern Universal teve contactos connosco e deu-nos a conhecer sobre os objectivos deste programa. O SAMcom não veio substituir a Assembleia Municipal. A governação participativa quer que os cidadãos participem e deem o seu ponto de vista sobre a governação municipal. Estamos prontos para colaborar. Alias, se não fosse por isso, não estaríamos aqui.

Reflectindo sobre o Direito à Responsabilização Social em Moçambique



A responsabilização social resume-se ao direito que os cidadãos têm de aceder a explicações e justificações sobre a forma como os recursos públicos são geridos pelas autoridades públicas para a satisfação das suas necessidades. Numa outra perspectiva, traduz-se na obrigação que as autoridades públicas têm de tornar tal informação, explicações e justificações acessíveis ao público (de forma atempada, em uma linguagem clara e com o nível necessário de detalhe de forma a permitir uma melhor compreensão). Uma das formas de materialização do referido direito é o envolvimento das partes interessadas (cidadãos, Governo e parceiros) em todos os processos que estão relacionados com a gestão e utilização de recursos públicos, desde a sua planificação; execução; monitoria e controle; e, ademais, na reflexão conjunta sobre cada momento da utilização de tais recursos contribui com lições que permitam, de forma progressiva, melhorar (i) os processos de gestão de recursos públicos, (ii) a interacção entre Governo e cidadãos, (iii) a transparência e, em última instância, (iv) a satisfação das necessidades e interesses colectivos.

O quadro jurídico-legal moçambicano não é alheio a esta dinâmica e estabelece o direito dos cidadãos à participação, quer através da Constituição da República, bem como, através da legislação (designadamente, entre outros, a legislação autárquica, a legislação sobre os órgãos locais do Estado). Ademais, quando a Constituição estabelece como direitos fundamentais o direito à informação, à educação, à saúde, à habitação e a serviços de qualidade, entre outros, está a dizer que os cidadãos não devem, em circunstância alguma, ser privados dos mesmos. Está, ao mesmo tempo, a definir como um direito a solicitação da informação (explicações e justificações) sobre como os recursos públicos são usados para satisfazer aqueles direitos constitucionalmente consagrados. Está a reconhecer o direito à responsabilização social como um direito inerente ao cidadão, constitucionalmente consagrado, um direito humano.

Um dos grandes desafios que se coloca quando falamos de responsabilização social e dos processos para a sua concretização encontra-se associado ao facto de apesar de a legislação fazer referência ao direito de acesso a informação, à transparência e à participação, não estar muito claro e detalhado, porém, como tal pode ser feito? Nos parece, de algum modo, que a legislação e as políticas nacionais têm ainda de dar um passo mais a frente que determine, de forma prática e clara, como o direito à responsabilização social pode ser concretizado - e perdoe-se a repetição - como o cidadão pode envolver-se de forma efectiva na definição das suas prioridades; como o cidadão pode acompanhar a execução orçamental, como o cidadão poderá acompanhar e monitorar os mecanismos de prevenção e correcção de situações de má-gestão e de utilização indevida de recursos públicos e corrupção; como o cidadão poderá acompanhar o desempenho das autoridades públicas; e, como o cidadão poderá ter acesso a informação qualificada sobre todos estes momentos. Por outro lado, existe um grande défice relacionado com a falta generalizada de conhecimento por parte de todos os intervenientes sobre o quadro Jurídico-legal relacionado com a participação e engajamento dos cidadãos em processos públicos.

Apesar de progressos alcançados a vários níveis e dimensões, há ainda um caminho longo a percorrer. Durante o lançamento do Relatório Anual do Programa MuniSAM em Maio do corrente ano, lembro-me de ter ouvido um dos ilustres participantes referir que este tipo de intervenções em prol de uma melhor governação em Moçambique não é novidade. É sim, fruto de uma série de esforços realizados no passado por pessoas abnegadas e dedicadas, e que só hoje estamos a recolher os frutos e resultados desse trabalho. Eu iria mais longe e, citando Sir William Churchill, diria que este é ainda o fim do início e que ainda há um caminho longo a percorrer. Gostaria também de lembrar ao leitor que a Responsabilização Social per se não é um fim. É, outrossim apenas um meio para alcançar um fim: o respeito pleno dos direitos humanos que assistem aos cidadãos no âmbito da Constituição da República.

Por: Aly E. Lala,
Pesquisador de MuniSAM, Concern Universal Moçambique

Histórias digitais



No âmbito de implementação do Programa MuniSAM, 6 elementos da Concern Universal Moçambique foram formados em histórias digitais, a formação facilitada pelo IDS (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, da Universidade de Sussex). Com introdução desta metodologia esperava-se fortalecer o sistema de Monitoria, Avaliação e Aprendizagem (MAA) da Concern Universal Moçambique, fortalecer a aprendizagem interna e advocacia,

ajudando à gerar evidências fundamentadas em realidades locais e perspectivas para usar na advocacia e diálogo político. História digital é uma experiência de aprendizagem / invenção apoiada por tecnologia, permitindo aos participantes criar a sua própria curta-metragem contendo voz, imagens e música.

Esvénia Viola é uma das formadoras em histórias digitais, da Concern Universal Moçambique.

“A primeira vez que ouvi falar desta ferramenta pensei, nos na Concern Universal já fazemos histórias de vida, então, história digital deve ser história de vida dito por outras palavras. Aprofundando o assunto e passando pelo processo de formação de formadores, tive que produzir a minha história digital. Digo produzir e não fazer, porque as histórias digitais devem ser produzidas, elas tem acção, dinâmica e este processo acarreta tempo, vontade, dedicação, perseverança...”

Em poucas palavras posso dizer que uma história digital, diferentemente de um documentário, de uma histórias de vida ou outro método narrativo, traz uma dimensão adicional, pois, elas são

exclusivamente produzidas pelo autor. Nós os formadores apoiamos o beneficiário-protagonista de história neste processo que exige veracidade e autenticidade de vivência dos momentos, acções e emoções que devem ser contados na primeira pessoa. Depois de ter assistido histórias digitais produzidas por alguns membros dos comités de monitoria de responsabilização social (SAMcoms) de Metangula e de Cuamba, que podem ser acedidos através dos links abaixo:

www.concern-universal.org/neighborhood_of_hope
www.concern-universal.org/being_a_citizen_in_mozambique
www.concern-universal.org/fiscal_citizenship_in_mozambique
www.concern-universal.org/changing_times_in_mozambique
www.concern-universal.org/the_rubbish

Percebi a força gigantesca que está ferramenta pode agregar a qualquer sistema de monitoria, avaliação e aprendizagem, pois, elas nos remetem a lugares, momentos e emoções nunca antes alcançados. Ao assistir essas histórias de cerca de 3-4 minutos submetemo-nos a um turbilhão de sentimentos, de questionamentos, de reflexões e de aquisição de informação e conhecimentos ricos para qualquer processo de desenvolvimento. As histórias digitais tornam-se parte viva do arquivo de vida de um indivíduo, um grupo de pessoas ou uma comunidade, pois podem ilustrar/contar como uma pessoa, um grupo de pessoas ou uma comunidade caminhou, se adaptou à diferentes adversidades e mudou ao longo do tempo. Elas podem trazer esperança, reconciliação, conectar-nos a momentos e emoções vivenciados por outras pessoas, outros povos, estimular o diálogo, dar novas perspectivas e levar a diferentes fases de reflexão sobre acções, atitudes, mudanças...

Por: Esvénia Viola, Oficial de Projectos e Formadora em metodologia de histórias digitais, Concern Universal Moçambique